



TECNOFASCISMO: O AUTORITARISMO ALGORÍTMICO E A USURPAÇÃO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Technofascism: algorithmic authoritarianism and the usurpation of democratic legitimacy

André Gustavo Corrêa de Andrade * 

Resumo: Este artigo examina o conceito de “tecnofascismo” como categoria analítica para compreender a convergência entre a arquitetura das plataformas digitais, a concentração de poder econômico e projetos políticos de orientação autoritária. Partindo de exemplos como a aquisição do Twitter (atual X) por Elon Musk, o texto argumenta que o tecnofascismo representa a apropriação privada dos dados pessoais e da ecologia informacional por elites tecnológicas que atuam como agentes políticos, moldando a opinião pública e corroendo as instituições democráticas. A metodologia combina a teoria crítica da tecnologia (Adorno; Horkheimer, 1985; Ellul, 1968, 1973, 2019) com a economia política da comunicação e a análise histórica comparada. O artigo explora a genealogia do tecnopoder, desde a razão instrumental e a tecnocracia até sua manifestação contemporânea em formato digital, identificando cinco pilares estruturais: economia da atenção, extração de dados e capitalismo de vigilância, poder algorítmico, opacidade e concentração de poder. Analisa ainda a base material do poder tecnofeudal e as condições psicossociais que sustentam a dominação tecnopolítica. Casos paradigmáticos, como o governo Trump e a gestão de Musk no X, ilustram vias de consolidação do fenômeno. Conclui-se com a defesa de uma regulação democrática, transparência algorítmica, fortalecimento institucional e uma reconstrução ético-cultural para conter a erosão da esfera pública e reafirmar a primazia do político sobre o técnico.

Palavras-chave: tecnofascismo; autoritarismo algorítmico; plataformas digitais; poder tecnopolítico; Elon Musk; democracia; economia da atenção; opacidade algorítmica.

Abstract: This article examines the concept of “technofascism” as an analytical category for understanding the convergence among digital platform architecture, concentrated economic power, and politically authoritarian projects. Using examples such as Elon Musk's acquisition of Twitter, the text argues that technofascism represents the private appropriation of personal data and the informational ecology by technological elites who act as political agents, shaping public opinion and eroding democratic institutions. The methodology combines critical theory of technology (Adorno; Horkheimer, 1985; Ellul, 1968, 1973, 2019) with political economy of communication and comparative historical analysis. The article explores the genealogy of techno-power, from instrumental reason and technocracy to its contemporary digital manifestation, identifying five structural pillars: attention economy, data extraction and surveillance capitalism, algorithmic power, opacity, and power concentration. It also analyzes the material basis of technofeudal power and the

* Doutor em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Pesquisador afiliado do Rule of Law Working Group of CEU Democracy Institute. Professor do Programa de Pós-graduação da UNESA. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Submissão em: 29/07/2026 | Aprovação em: 14/08/2026

Editora: Cristina Tereza Gaulia 



psychosocial conditions that sustain technopolitical domination. Paradigmatic cases, such as the Trump administration and Musk's management of X, illustrate pathways for the consolidation of the phenomenon. The conclusion advocates for democratic regulation, algorithmic transparency, institutional strengthening, and an ethical-cultural reconstruction to contain the erosion of the public sphere and reaffirm the primacy of the political over the technical.

Keywords: technofascism; algorithmic authoritarianism; digital platforms; technopolitical power; Elon Musk; democracy; attention economy; algorithmic opacity.

INTRODUÇÃO

Quando Elon Musk adquiriu o Twitter, em 2022, e o rebatizou como X, o que se viu não foi apenas uma simples troca de controle acionário de uma empresa de mídia social, mas também a implementação de um projeto personalíssimo de poder político. Em poucos dias, Musk desmantelou as equipes de moderação, as políticas de segurança foram esvaziadas e contas antes banidas por disseminar violência ou extremismo retornaram à plataforma. Sob a bandeira de uma suposta “liberdade de expressão sem restrições”, inaugurou-se uma lógica de amplificação de conteúdos conspiratórios, misóginos e antidemocráticos. Concomitantemente, verificou-se a redução sistemática do alcance de vozes progressistas, de movimentos de direitos civis e de pautas identitárias. Em poucas semanas, o ecossistema informacional da plataforma foi remodelado por decisões unilaterais, opacas e imunes a quaisquer mecanismos institucionais de controle ou de prestação de contas (Conger; Mac, 2024).

Musk passou a utilizar a plataforma como instrumento para intervir ativamente em debates eleitorais, atacar adversários políticos, pressionar governos estrangeiros e defender abertamente agendas de extrema-direita. Em 25 de janeiro de 2025, participou, por videoconferência, de reunião do partido de extrema-direita alemão “Alternativa para a Alemanha” (AfD), dizendo, entre outras coisas: que os membros do partido são “a melhor esperança para a Alemanha”; que não se deve perder o orgulho da cultura e dos valores alemães “em algum tipo de multiculturalismo que dilui tudo”; e, em uma óbvia alusão ao passado nazista, disse que, “francamente, há um foco excessivo na culpa do passado, e precisamos superar isso” (Treisman, 2025).

Além disso, Musk, que participou ativamente e financeiramente da campanha de Donald Trump e esteve por alguns meses à frente do Departamento de Eficiência Governamental (Department of Government Efficiency, DOGE) do governo de Trump, interferiu na formação de narrativas públicas nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, quase sempre a partir de pautas ideológicas contrárias à regulação democrática e hostis às lideranças de centro ou de esquerda (Ingram; Horvath, 2025; Lory, 2025).

Esses episódios demonstram, de forma cristalina, não apenas o grau extremo de concentração do poder político e simbólico nas mãos dos proprietários das plataformas digitais, mas também o risco real de esse poder concentrado se converter em uma arma perigosa quando exercido por agentes privados com vieses autoritários.

Eles são a representação mais visível de um fenômeno estrutural mais profundo e perigoso, que este artigo propõe analisar: o tecnofascismo. O termo, que ganhou relevo no debate público a partir da década de 2020, é empregado aqui como categoria analítica central, indicativa da associação entre plataformas digitais e movimentos ou projetos políticos de orientação autoritária.

A hipótese que orienta este texto é a de que o tecnofascismo constitui a manifestação política de um processo estrutural mais amplo: a apropriação privada e a instrumentalização da ecologia informacional¹ por projetos autoritários. Para compreendê-lo, é crucial examinar não apenas as plataformas de mídia social como as conhecemos hoje, mas também o papel das novas tecnologias de fronteira, como a Inteligência Artificial generativa, as *deepfakes* e os sistemas preditivos de vigilância. Essas ferramentas estão se tornando a nova infraestrutura do autoritarismo, permitindo, por meio da apropriação de dados pessoais, a manipulação hiper-realista da realidade factual, a vigilância comportamental e a automatização da discriminação e do controle social.

O objetivo geral do artigo consiste, portanto, em esclarecer o conceito de “tecnofascismo” e suas múltiplas manifestações. De modo específico, busca-se: identificar suas raízes históricas e teóricas; examinar suas diferentes configurações na era digital; e analisar como essas camadas se articulam na atual configuração do poder tecnopolítico.

A metodologia combina pesquisa teórico-bibliográfica no campo das teorias críticas da tecnologia e da economia política da comunicação com análise histórica comparada e discussão crítica de episódios contemporâneos.

Compreender o tecnofascismo, suas lógicas, seus agentes e seus pontos de vulnerabilidade constitui condição indispensável para pensar em estratégias de contenção que visem a recuperar e preservar as condições básicas da vida democrática em um ambiente cada vez mais mediado por infraestruturas privadas de comunicação.

1 TECNOFASCISMO: NOTAS PARA UMA CONCEITUAÇÃO

O termo “tecnofascismo” não é inteiramente novo nem tem um significado unívoco. Sua utilização relativamente recente no debate público e acadêmico responde à necessidade de nomear

¹ A ecologia informacional é aqui referida como o conjunto de infraestruturas digitais, fluxos massivos de dados (*big data*) e sistemas algorítmicos que mediam a experiência contemporânea.

formas emergentes de dominação política que não se ajustam plenamente às categorias clássicas do fascismo histórico nem podem ser compreendidas como simples desvios autoritários no interior da democracia liberal. A recorrência do termo indica o esforço de capturar uma transformação do poder, na qual a técnica deixa de desempenhar um papel instrumental e passa a constituir o próprio exercício da dominação política.

Entre as abordagens contemporâneas que recorrem explicitamente ao conceito, destaca-se a reflexão desenvolvida pela filósofa italiana Donatella Di Cesare na obra *Tecnofascismo*. Em sua análise, o tecnofascismo não se reduz à manipulação informacional nem à radicalização do discurso político no ambiente digital. Trata-se, antes, de uma forma de poder que articula técnica, soberania e exclusão, que opera por meio da negação da coexistência entre grupos, da criação de fronteiras internas e da administração discriminatória das diferentes formas de vida (Di Cesare, 2025). Nos capítulos dedicados às “*pulizie etniche*” e à “*democrazia immunitaria*”, Di Cesare mostra como tecnologias digitais de vigilância, classificação e predição podem ser mobilizadas para sustentar projetos etnocráticos, políticas de segregação e práticas discriminatórias, frequentemente sob a aparência de neutralidade técnica e racionalidade administrativa.

Em uma perspectiva distinta, Janis Mimura emprega o termo “*techno-fascism*” na obra *Planning for Empire* para designar uma forma histórica de autoritarismo tecnocrático no Japão do período imperial. Nesse contexto, o tecnofascismo caracterizou-se pela ascensão de uma elite de planejadores, burocratas e especialistas que, em nome da eficiência, da produtividade e da organização racional da economia, promoveu a fusão entre o Estado, o aparato militar e agências técnicas. Diferentemente do fascismo carismático ou do militarismo tradicional, essa forma de dominação legitimava-se pela promessa de prosperidade, ordem e coesão orgânica da comunidade nacional, deslocando conflitos distributivos e dilemas éticos para o terreno supostamente neutro da gestão técnica.

Apesar das diferenças de contexto, escala e objeto, essas abordagens convergem em pontos fundamentais. Em ambas, o tecnofascismo aparece como uma modalidade de poder que desloca a política do espaço da deliberação pública para o da administração técnica. Ele subordina valores democráticos a preceitos de eficiência, segurança ou produtividade e tende a naturalizar práticas de exclusão, controle e hierarquização social por meio de dispositivos técnicos.

É nesse horizonte que o presente artigo emprega o conceito de tecnofascismo. Aqui, ele não designa um regime político formalmente constituído nem se prende aos exemplos históricos, mas se refere à emergência de uma racionalidade autoritária adaptada às condições tecnológicas e institucionais do tempo presente.

A escolha do termo não é arbitrária nem imune à controvérsia. Conceitos alternativos, como tecnoautoritarismo, tecnopopulismo ou tecnocracia, captam dimensões parciais do fenômeno, mas

nenhum deles abrange sua especificidade. O tecnoautoritarismo descreve adequadamente regimes que utilizam a tecnologia para concentrar poder e suprimir dissidências, mas não alcança a dimensão de mobilização afetiva, de produção de identidades excludentes e de hostilidade visceral ao pluralismo que caracteriza o fenômeno aqui examinado. O tecnopopulismo designa uma estratégia comunicativa, qual seja, o uso das plataformas digitais para construir vínculos diretos entre líderes e seguidores, à margem das mediações institucionais, mas não é, por si só, uma forma de dominação, pois o populismo pode ser democrático ou autoritário dependendo do projeto que o anime. Por sua vez, a tecnocracia, como se verá adiante, é antes uma pré-condição estrutural do que o fenômeno em si. Ela cria a infraestrutura e a mentalidade que um projeto autoritário pode capturar e redirecionar.

O que justifica o uso de “fascismo” como qualificador é precisamente o que Umberto Eco (1998) identificou ao analisar o que chamou de *Ur-Fascismo*. No seu ensaio, Umberto Eco emprega o prefixo “Ur”, que, em alemão, significa “originário”, “primordial” e “ancestral”, para designar não um fenômeno histórico delimitado, como o fascismo italiano, mas um núcleo arquetípico e persistente do fascismo, composto por características políticas recorrentes que podem reaparecer em distintos contextos históricos, assumindo formas e linguagens ajustadas às circunstâncias de cada época. O fascismo não tem uma essência única nem uma ideologia coerente. Ele é, nas suas palavras, um “totalitarismo *fuzzy*”, uma colagem de ideias e disposições contraditórias que, no entanto, produz efeitos políticos reconhecíveis.

Com o fascismo, argumenta Eco, ocorre o que Wittgenstein identificou na noção de “jogo”: suas diferentes manifestações históricas não partilham uma característica necessária a todas, mas apresentam entre si *semelhanças de família*, ou seja, um conjunto de traços típicos dos quais cada configuração fascista exibe alguns, sem que nenhum seja indispensável. Basta que um número suficiente desses traços esteja presente para que se forme o que Eco chama de “nebulosa fascista”. Entre esses traços figuram o culto da ação em detrimento da deliberação, o medo da diferença, a produção sistemática de identidades excludentes, o populismo seletivo que invoca uma vontade popular indistinta contra elites supostamente corruptas e o desprezo pela mediação institucional democrática.

São exatamente essas dinâmicas, e não apenas o autoritarismo genérico ou a mera instrumentalização da tecnologia, que se observam na convergência entre plataformas digitais oligárquicas, projetos políticos antiliberais e a cultura “broligárquica”² do Vale do Silício. A diferença em relação ao fascismo histórico não está na substância, mas na forma: como Thomas Mann já havia

² O conceito de “broligarquia” (*broligarchy*) e suas implicações para a dinâmica do tecnofascismo serão examinadas na seção 6 deste artigo.

intuído, o fascismo do futuro não se anunciaria como tal, mas reivindicaria para si a linguagem da liberdade (Corngold, 2022 *apud* Ross, 2022).³

Para compreender a versão tecnológica do fascismo contemporâneo, é importante entender essa apropriação ou subversão semântica, na qual conceitos normativamente centrais para a tradição democrática, como o de liberdade, são apropriados e esvaziados de seu conteúdo crítico. Não se trata de um autoritarismo que se impõe frontalmente à liberdade, mas de um que invoca a liberdade de forma puramente retórica para legitimar políticas de desregulação estatal, de imunidade ao controle público e de concentração privada de poder.

O tecnofascismo, assim compreendido, constitui uma forma contemporânea de poder tecnopolítico que emerge da convergência entre infraestruturas digitais privadas, a concentração extrema de poder e projetos políticos de orientação autoritária. Sua marca distintiva reside em um conjunto de práticas e características: a substituição progressiva da deliberação democrática por formas de gestão técnica desprovidas de transparência; a privatização ou terceirização de funções tipicamente estatais; a imunização das decisões de agentes privados frente a mecanismos de controle e responsabilização; e o uso de tecnologias digitais para classificar, segmentar, vigiar e disciplinar populações.

Nessa acepção, o tecnofascismo é uma forma de poder autoritário que não depende necessariamente da supressão formal das instituições democráticas. Em vez disso, ele influi e afeta as democracias formais por meio da arquitetura das plataformas digitais, da economia da atenção e da lógica do capitalismo de dados. Pode manifestar-se tanto pela captura privada da esfera pública por agentes econômicos dotados de poder infraestrutural quanto pela simbiose entre Estados iliberais e corporações tecnológicas, unificados por uma racionalidade que privilegia eficiência, controle e segurança em oposição ao pluralismo, à crítica e aos direitos fundamentais.

Parte-se da premissa de que o tecnofascismo não constitui uma anomalia episódica ou um desvio excepcional, mas sim uma configuração tecnopolítica contemporânea.

2 A MÁQUINA TECNOFASCISTA EM AÇÃO

O tecnofascismo pode assumir mais de uma forma de manifestação. A primeira emerge quando agentes privados, na condição de proprietários de grandes plataformas digitais, mobilizam o poder que detêm sobre a formação e a circulação do discurso público em favor de uma orientação autoritária, pela amplificação ou tolerância de conteúdos extremistas, discursos de ódio dirigidos

³ A formulação é amplamente atribuída a Thomas Mann, embora sua localização exata em um texto específico publicado não seja precisa. A frase circula em língua inglesa como: “Let me tell you the whole truth: if ever Fascism should come to America, it will come in the name of freedom.”

especialmente contra imigrantes e minorias étnicas, raciais, religiosas e sexuais, e manifestações de apoio a indivíduos, movimentos, governos ou ideias contrárias à democracia, bem como pela redução deliberada da visibilidade de vozes e posições contrárias à sua visão de mundo. Essa intervenção compromete direitos fundamentais, atinge minorias, vilificando-as ou desumanizando-as, e deforma as bases normativas da deliberação democrática.

A interferência ostensiva e personalista de Elon Musk na esfera pública, por meio da rede social X, constitui a expressão mais paradigmática dessa primeira forma de tecnofascismo. Como proprietário de uma infraestrutura global de comunicação, Musk passou a exercer poder discricionário para reescrever normas, alterar a arquitetura da plataforma e gerir sua população de usuários por meio de banimentos, reativações e mudanças unilaterais de políticas internas. Sob a retórica da liberdade de expressão, promoveu mudanças estruturais que enfraqueceram mecanismos de moderação, flexibilizaram limites ao discurso extremista e ampliaram seu controle pessoal sobre as condições de circulação e visibilidade dos conteúdos. A plataforma reconfigurada passou então a ser instrumentalizada para interferir diretamente em debates públicos e processos políticos de diversos países, com atuação marcada pelo ataque a instituições democráticas, pelo apoio a movimentos e lideranças de extrema-direita, pela hostilidade a políticas progressistas e pela amplificação de teorias da conspiração (Henley, 2025). O caso evidencia como o controle privado de uma infraestrutura central da comunicação digital pode ser mobilizado para deformar o debate público, favorecer agendas antidemocráticas e influir negativamente na formação da opinião pública.

A segunda forma de manifestação do tecnofascismo surge da convergência entre agentes privados e o poder estatal. Nessa hipótese, o Estado se vale do aparato tecnológico controlado por grandes corporações, com a colaboração, adesão ou aquiescência destas, para ampliar sua capacidade de vigilância, perseguição, controle social e violação de direitos individuais e coletivos. Essa simbiose torna-se particularmente grave quando é dirigida a grupos vulneráveis ou minorias políticas, étnicas, raciais, religiosas ou sexuais, ou quando é mobilizada para enfraquecer instituições democráticas e os limites normativos ao exercício do poder.

Um exemplo estrutural dessa simbiose encontra-se na trajetória de Peter Thiel e na empresa que cofundou, a Palantir Technologies. Thiel, também cofundador do PayPal e um dos maiores doadores políticos da elite tecnológica norte-americana, sustenta posições explicitamente antiliberais. Em ensaio publicado em 2009 no fórum “Cato Unbound”, afirmou não acreditar mais na compatibilidade entre liberdade e democracia, por entender que os mecanismos democráticos passaram a funcionar como entraves estruturais à efetivação da liberdade (Thiel, 2009).⁴ Alex Karp,

⁴ No referido ensaio, Thiel afirma de forma inequívoca: “I no longer believe that freedom and democracy are compatible”. No mesmo texto, sustenta que o avanço da democracia representativa teria ampliado mecanismos redistributivos, regulatórios e participativos que, a seu ver, inviabilizariam a plena realização da liberdade individual.

cofundador e principal executivo da Palantir, representa outra face desse mesmo arranjo. Embora tenha origem acadêmica crítica e um passado de apoio a causas democráticas, Karp passou a adotar posições alinhadas a políticas rígidas de segurança e a formas intensificadas de cooperação entre corporações tecnológicas e agências estatais, promovendo a ideia de que a tecnologia de vigilância e análise de dados fortalece valores civilizatórios, ainda que em detrimento do escrutínio democrático e da proteção de direitos civis (Curi, 2025).

A Palantir, fundada em 2004 com investimento inicial da Agência Central de Inteligência (CIA)⁵, é hoje uma das principais fornecedoras de software para o exército, agências de inteligência e órgãos de segurança dos Estados Unidos, incluindo o ICE, agência responsável pelo controle de fronteiras e da imigração irregular, cujas táticas agressivas têm sido marcadas por violência contra imigrantes e manifestantes. A empresa assegurou contratos bilionários, como um de 10 bilhões de dólares com o Pentágono (Sowka, 2025). Sua atuação ilustra como o núcleo operacional do poder estatal, na área de segurança, vigilância e inteligência, tem sido progressivamente transferido para corporações privadas orientadas por uma lógica de lucro e de poder que colide com os fundamentos democráticos.

O segundo mandato presidencial de Donald Trump ilustra bem como essa simbiose entre tecnologia digital e poder público opera em contextos de democracia formal ainda preservada. No governo Trump, consolidou-se uma convergência estratégica entre um projeto político declaradamente antiliberal e os interesses das grandes plataformas digitais e da cultura tecnolibertária. Por meio de uma retórica desregulatória e de acusações recorrentes de censura por parte da esquerda, o governo criou um ambiente de permissividade que incentivou as empresas a reduzir equipes de moderação, relaxar políticas de integridade e reativar contas anteriormente suspensas por discurso extremista (Paris, 2025). A pretensa neutralidade dessa postura revelou sua face instrumental no caso do TikTok. A permanência da plataforma nos EUA foi condicionada a um arranjo de governança que transferiu seu controle operacional a entidades chanceladas pelo Estado norte-americano, sob a justificativa de segurança nacional (Estados Unidos, 2024).⁶

A arquitetura informacional, no tecnofascismo, é moldada não por princípios universais de liberdade, mas por alinhamento ideológico. A retórica da liberdade de expressão absoluta funciona como uma ferramenta de poder estratégico. Essa liberdade é invocada para proteger discursos de aliados e é silenciada para suprimir dissidências, consolidando o Estado como uma espécie de

⁵ Ver MAC, Ryan. CIA-backed data-miner Palantir raises nearly \$200 million in latest round at estimated \$6 billion valuation. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ryanmac/2013/09/27/cia-backed-data-miner-palantir-raises-nearly-200-million-in-latest-round-at-estimated-6-billion-valuation/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

⁶ O arranjo mencionado refere-se à criação da TikTok USDS Joint Venture LLC, em janeiro de 2026, uma entidade sediada nos EUA que assumiu o controle das operações, dos dados e dos algoritmos da plataforma em solo americano. O acordo, estabelecido para cumprir o Public Law 118-50, 2024, transferiu 80,1% do controle para investidores globais e norte-americanos, incluindo a Oracle e a Silver Lake, reduzindo a participação da ByteDance a 19,9%.

arquiteto ativo de uma “economia política da verdade”. A semelhança com o “Ministério da Verdade” descrito por Orwell (2004) em *1984* não é casual. Como na distopia orwelliana, trata-se de controlar os fatos e as narrativas para que se alinhem à versão oficial do poder.

Outro episódio revelador dos riscos decorrentes da dinâmica entre o poder autoritário e a tecnologia digital ocorreu já em 2026, quando o governo Trump impôs à empresa de inteligência artificial Anthropic a exigência, sem precedentes, de aceitar um contrato que autorizasse o uso de sua tecnologia para “qualquer finalidade legalmente permitida” — formulação que, na leitura da empresa, cobriria a vigilância doméstica em massa de cidadãos americanos e o emprego de sistemas de armas letais autônomas sem supervisão humana. Diante da recusa da Anthropic, o presidente Trump ordenou que todas as agências federais cessassem o uso de seus produtos, e o Pentágono a classificou como “risco à segurança da cadeia de suprimentos nacional”, designação, pela primeira vez na história, aplicada a uma empresa americana, não por falha de segurança, mas por recusar-se a remover salvaguardas éticas (Wang, 2026). Em poucas horas, a OpenAI anunciou um acordo próprio com o Departamento de Defesa (Bond; Brumfiel, 2026).

O episódio expõe a lógica do tecnofascismo em estado puro: o Estado não apenas utiliza o aparato tecnológico privado, mas também exerce pressão coercitiva sobre as corporações que resistem à remoção de limites normativos, punindo, com exclusão e estigmatização, as que recusam a subordinação irrestrita aos imperativos do poder. A exigência de acesso sem salvaguardas à IA para fins de vigilância doméstica e de autonomia letal revela que a fusão entre tecnologia e poder estatal não é apenas uma tendência estrutural: é um projeto declarado.

A transferência tecnopolítica do núcleo operacional do Estado assume sua expressão mais grave quando aplicada a contextos de dominação armada e de violação sistemática dos direitos humanos. O relatório da relatora especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese, documenta a participação ativa de corporações globais de tecnologia na sustentação material das operações militares israelenses em Gaza (ONU, 2025).⁷ O documento descreve como sistemas avançados de vigilância, análise massiva de dados, inteligência artificial e reconhecimento facial, fornecidos por empresas privadas, integram a infraestrutura que viabiliza o controle populacional, a seleção de alvos e a automação de práticas letais contra a população palestina. O relatório identifica uma transição explícita de uma “economia da ocupação” para uma “economia do genocídio”, na qual a tecnologia deixa de ser mero instrumento auxiliar e passa a constituir elemento estrutural da violência estatal. Nesse contexto, as empresas de tecnologia não apenas se beneficiam economicamente de contratos militares e de segurança, mas

⁷ Intitulado "From economy of occupation to economy of genocide" (registrado sob o código A/HRC/59/23), o relatório foi apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em julho de 2025 (59ª sessão).

também se tornam copartícipes de um regime de dominação e aniquilação que opera segundo critérios de eficiência técnica, opacidade decisória e ausência total de responsabilização moral, política ou jurídica. O emprego da tecnologia digital para facilitar a violência letal contra grupos ou populações constitui um caso-limite do tecnofascismo, no qual a racionalidade técnica, privatizada e automatizada, sustenta políticas de extermínio sob a aparência de mera gestão algorítmica da segurança.

A marca distintiva do tecnofascismo, seja pela ação direta de corporações privadas, seja pela sua simbiose com o poder estatal, está na articulação entre poder tecnológico concentrado e uma orientação política fundada na exclusão, na hostilidade ao pluralismo, na desumanização do outro e no desprezo pelos direitos fundamentais e pelas instituições democráticas. O fenômeno pode assumir graus distintos de intensidade, desde a captura privada da esfera pública até a integração direta entre a tecnologia digital e a violência estatal. Em contextos democráticos formais, frequentemente se manifesta de forma menos explícita, por meio da remoção de limites normativos e da legitimação política de tendências autoritárias inerentes à própria arquitetura das plataformas.

O que os exemplos examinados demonstram, em todo caso, é que o tecnofascismo não constitui mera hipótese teórica. Ele já se manifesta, sob formas variadas, na conjugação entre o controle privado dos meios digitais, a terceirização tecnológica de funções estatais, a flexibilização de freios democráticos e o uso político das infraestruturas informacionais para fins de dominação, vigilância e manipulação.

3 RAÍZES HISTÓRICAS DO TECNOFASCISMO

Ao longo do século XX, diferentes regimes recorreram à autoridade técnica para legitimar projetos de centralização, disciplinamento social e modernização autoritária. A técnica assumiu, nesses regimes, a função de princípio legitimador, e a figura do especialista tornou-se o eixo da tomada de decisões. A política foi reconduzida ao âmbito da administração, e os conflitos sociais passaram a ser tratados como problemas de gestão. Esses antecedentes oferecem o pano de fundo necessário para interpretar a ascensão, no século XXI, de formas privatizadas e transnacionais de dominação tecnopolítica.

A União Soviética constitui um dos exemplos mais emblemáticos da fusão entre técnica, poder estatal e autoritarismo. A economia planificada soviética, estruturada pelo Comitê responsável pela formulação e coordenação dos planos econômicos plurianuais, o “Gosplan”⁸, não operava como

⁸ O “Gosplan” (*Gosudarstvennyi Planovyi Komitet*) era o Comitê Estatal de Planejamento da União Soviética. Mais do que um órgão técnico, funcionava como instrumento central de centralização política, subordinando a economia e a organização social às diretrizes do Partido Comunista.

mero instrumento de coordenação econômica, mas também como dispositivo central de comando político. Como mostra Michael Ellman (2014), o planejamento socialista não se limitava à organização técnica da produção, mas também penetrava profundamente na gestão do trabalho, na alocação de recursos humanos e na própria definição das prioridades sociais, frequentemente subordinadas a imperativos militares e geopolíticos. Amparada na doutrina do “socialismo científico” — expressão consolidada por Friedrich Engels (2022) para distinguir o marxismo das correntes utópicas, baseando-se na premissa de uma análise objetiva das leis históricas —, a linguagem do cálculo e da racionalidade elevou a ideologia de Estado à condição de ciência dotada de leis objetivas.⁹ Com isso, o regime transformava o planejamento central em imperativo inquestionável, deslegitimando qualquer dissenso político como mera irracionalidade. O aparato técnico, nesse contexto, funcionou como mediador entre o poder e a sociedade, convertendo escolhas preponderantemente políticas em supostas necessidades objetivas (Ellman, 2014).

No Japão das décadas de 1930 e 1940, analisado por Janis Mimura, observa-se uma configuração política distinta, porém estruturalmente convergente. Um grupo de burocratas reformistas, engenheiros e economistas desempenhou um papel central na condução do Estado e do projeto imperial japonês. Esses tecnocratas não se apresentavam como ideólogos do militarismo tradicional, mas como gestores racionais de um projeto de modernização acelerada e de expansão imperial. A experiência de Manchukuo, Estado fantoche estabelecido pelo Japão imperial na Manchúria entre 1932 e 1945, funcionou como laboratório de uma forma de dominação tecnopolítica, na qual o planejamento econômico, a organização científica da produção e o controle burocrático se articularam a um regime autoritário e expansionista (Mimura, 2011).

No Brasil da ditadura militar, a tecnocracia econômica desempenhou um papel decisivo na legitimação do regime, sobretudo durante o chamado “milagre econômico”, expressão de uso corrente que remete ao período de crescimento acelerado do PIB brasileiro entre 1968 e 1973, sustentado por políticas desenvolvimentistas que conviveram com arrocho salarial, forte concentração de renda e endividamento estatal. Esse período foi acompanhado pelo endurecimento institucional, inaugurado pelo AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que marcou a fase mais dura do regime, com a supressão de garantias e a expansão de poderes excepcionais da ditadura militar. Economistas, engenheiros e planejadores foram elevados à condição de intérpretes privilegiados do interesse nacional, enquanto a repressão política e a supressão sindical asseguravam a implementação de políticas, definidas de cima para baixo. A linguagem do desenvolvimento, da modernização e da pretensa neutralidade econômica serviu para obscurecer a violência institucional e a exclusão democrática, blindando o

⁹ Para uma análise aprofundada da racionalidade burocrática do Estado soviético, ver *O século soviético* de Moshe Lewin.

governo contra críticas e reduzindo o espaço da política a um problema técnico de gestão macroeconômica (Loureiro, 1997).

Experiência análoga pode ser observada no Chile de Pinochet, onde os chamados “Chicago Boys”, economistas formados sob a forte influência da ortodoxia neoliberal da Universidade de Chicago, atuaram como núcleo intelectual e técnico do regime. Sob a retórica da eficiência de mercado e da racionalidade econômica, reformas estruturais profundas foram implementadas em um contexto de supressão sistemática de direitos e de eliminação da oposição política. Nesse cenário, a propalada “liberdade econômica” teve como preço o sacrifício das liberdades civis. A tecnocracia econômica funcionou, novamente, como instrumento de despolitização do poder e de neutralização do conflito social, maquiando um projeto brutal de reengenharia da sociedade como se fosse um mero imperativo técnico (Silva, 2008).

Na Argentina, o regime instaurado pelo golpe de 1976, o autodenominado Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), levou essa dinâmica ao extremo. A combinação entre a cúpula militar e tecnocratas civis sustentou um projeto que tratava a sociedade como objeto de uma violenta engenharia social. Programas de modernização econômica e administrativa avançaram em paralelo à repressão estatal, revelando uma lógica em que a técnica servia tanto à racionalização do Estado quanto à justificação da violência política. A neutralidade pretendida pelo discurso econômico funcionou, também aqui, como escudo contra a contestação democrática ao regime (Novaro; Palermo, 2003).

Essas experiências, apesar de suas diferenças ideológicas e institucionais, compartilham traços estruturais comuns: a crença na superioridade da técnica em relação à política, a tendência a tratar a sociedade como um problema de gestão, a marginalização das instituições representativas e a elevação da eficiência a um valor normativo central.

Esse pano de fundo histórico permite compreender como, no século XXI, tais lógicas reaparecem sob formas privatizadas e transnacionais, agora mediadas por plataformas digitais, sistemas algorítmicos e tecnologias de vigilância, configurando o que aqui se denomina tecnofascismo.

3.1 Da tecnocracia analógica ao tecnofascismo digital

Essa genealogia permite compreender o tecnofascismo contemporâneo não como uma ruptura súbita, mas como uma transformação radical do paradigma tecnocrático até então conhecido. Se as tecnocracias do século XX eram estatais e territoriais, a versão digital do século XXI passa a ter alcance transnacional.

O poder tecnocrático contemporâneo é marcado por características próprias: a natureza privada e transnacional do poder; a mediação algorítmica; a dependência de extração massiva de dados; uma infraestrutura líquida e opaca; e a conversão da esfera pública em um ambiente administrado por corporações.

Trata-se, em essência, da privatização da tecnocracia. O poder técnico deixa de ser um instrumento utilizado pelo Estado autoritário para se tornar o núcleo do projeto de poder de atores corporativos globais.

As experiências do século XX mostram que a técnica pode ser empregada para justificar e operacionalizar projetos de governo autoritário. Elas também mostram que uma racionalidade técnica apresentada como neutra pode ser mobilizada para substituir o debate público e apresentar decisões políticas como necessidades objetivas. Esse pano de fundo histórico serve para iluminar a passagem da tecnocracia analógica para formas contemporâneas de dominação tecnopolítica digital privatizadas e transnacionais, sem, contudo, esgotar sua explicação. A fundamentação teórica dessa passagem exige um passo analítico adicional, ao qual a seção seguinte se dedica.

4 A GENEALOGIA DO TECNOPODER

Para compreender por que, em certos contextos históricos, a técnica deixa de ser apenas um instrumento e passa a funcionar como fonte de autoridade, é importante retomar a tradição crítica que analisou a conversão da racionalidade técnica em racionalidade de poder. Essa tradição, formulada na crítica da razão instrumental e em reflexões sobre a tecnologia, oferece um referencial teórico importante para reconhecer que a técnica não atua como uma ferramenta neutra, mas como um modo de organizar a vida social que carrega implicações políticas intrínsecas.

4.1 A crítica da razão instrumental

O marco inicial dessa linhagem crítica à tecnologia encontra-se na contribuição seminal de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* (1985). Os autores identificam no projeto iluminista uma contradição de consequências profundas. A razão, ao emancipar-se do pensamento mítico tradicional, vinculado à religião e a diversos tipos de superstições, acaba por tornar-se uma nova forma de mitologia, expressa na crença na “razão instrumental”. É um tipo de racionalidade caracterizado pelo desprezo pelos fins (“por que fazer”) e pela preocupação exclusiva com os meios (“como fazer”). A razão instrumental é voltada à

dominação da natureza e da sociedade. Sua lógica é a da eficiência, do cálculo e da subjugação do qualitativo ao quantitativo.

No capítulo sobre a indústria cultural, Adorno e Horkheimer demonstram como os meios de comunicação de massa da época, como o rádio e o cinema, materializam essa razão instrumental no campo simbólico. A produção cultural torna-se um sistema técnico de padronização, que fabrica consensos, anula o pensamento crítico e faz com que os indivíduos se integrem ao *status quo* de forma aparentemente voluntária. O próprio lazer, ao ser administrado pela técnica, torna-se um “prolongamento do trabalho”. Nessa análise, pode-se enxergar o germe da crítica contemporânea às plataformas digitais: elas também são, antes de tudo, *sistemas técnicos de mediação em massa* voltados à formatação e padronização da experiência e da consciência individuais.

Outro autor importante, Jacques Ellul, radicaliza essa ideia em sua trilogia analítica fundamental sobre a técnica, composta pelas obras *A Técnica e o desafio do século* (1968); *A propaganda: as formas induzidas de opinião pública* (1973); e *O sistema técnico* (2019). Para Ellul, a “Técnica” (com “T” maiúsculo) transcende as máquinas individuais para se tornar um “sistema técnico autônomo” que segue uma lógica interna imperativa de “eficiência máxima”. Este sistema técnico apresenta algumas características: é autorreferente, autoaumentativo e busca subjugar à sua norma todos os domínios da vida (econômico, político, social e até mesmo psicológico). Em tal sistema, a política não comanda a técnica; ao contrário, a política é cada vez mais por ela comandada e remodelada.

Na obra *A propaganda* (1962), Ellul analisa a propaganda não como uma mera forma de mentira política, mas como um subproduto técnico necessário à manutenção da sociedade tecnológica, governada pelo imperativo da eficiência. Na referida obra, ele distingue dois tipos de propaganda: a “propaganda de agitação”, que é explícita e tipicamente usada em regimes totalitários; e a “propaganda de integração”, mais sutil e difusa, característica das sociedades tecnológicas avançadas. Esta última visa a adaptar — ou conformar — permanentemente o indivíduo ao sistema, e o faz buscando harmonizar seus desejos com as necessidades da ordem técnica, por meio de métodos científicos e de formas contínuas de saturação informacional (Ellul, 1973).¹⁰

A convergência entre essas perspectivas permite desvelar o cerne do tecnofascismo. Ele pode ser entendido como o produto da fusão entre o sistema técnico elluliano e a razão instrumental frankfurtiana, produto esse agora encarnado na infraestrutura material e algorítmica das plataformas digitais sob controle oligárquico. O que Adorno e Horkheimer viram na indústria cultural e Ellul no sistema técnico e na propaganda é ainda mais saliente na atualidade: as plataformas digitais são a representação de um sistema técnico total, no qual a lógica da eficiência, expressa em lógicas de

¹⁰ Para a distinção entre propaganda de agitação e propaganda de integração, ver especialmente o capítulo II.

engajamento, crescimento incessante e “dataficação”¹¹, reconfigura a comunicação, as relações sociais e a própria política.

As plataformas operam uma propaganda de integração algorítmica, na qual *feeds* de notícias, sistemas de recomendação e de moderação de conteúdo funcionam como um aparato técnico de classificação e direcionamento psicológicos, moldando percepções e comportamentos de modo contínuo e supostamente personalizado.

O desdobramento dessa dinâmica ocorre com a captura da esfera pública pela técnica, exemplificada na atuação de figuras como Elon Musk ou na influência de corporações como a Meta, quando os proprietários do sistema técnico passam a interferir, direta ou indiretamente, na formação da vontade coletiva e na condução de processos eleitorais, utilizando a infraestrutura comunicacional para fins de propaganda, integração ideológica e alinhamento com governos autoritários.

O que se verifica é que o tecnofascismo não surge no vácuo nem representa um acidente ou uma mera analogia histórica com as diferentes formas de fascismo do século XX. Ele é a expressão política contemporânea de uma trajetória histórica longamente diagnosticada, na qual a autonomia da técnica, sua concentração nas mãos de poucos agentes privados e sua fusão com um projeto político autoritário criam uma nova e poderosa forma de dominação.

Esse domínio não se exerce por meio da força bruta ou de um autoritarismo estatal aberto. Ele opera pela administração tecnológica da esfera pública, pela captura sistemática da atenção e pela subordinação prática da liberdade a critérios privados de eficiência e de controle informacional.

4.2 A tecnocracia como materialização política da razão instrumental

A tecnocracia pode ser definida como o modelo de governança no qual o poder decisório é transferido de instituições políticas representativas (partidos, parlamentos) para uma elite de especialistas (engenheiros, economistas, cientistas de dados, planejadores) que justificam suas escolhas com base na suposta objetividade técnica e neutralidade científica. Seu *ethos* é o da despolitização. Questões públicas fundamentais sobre justiça, igualdade e fins coletivos são transformadas em problemas administrativos de otimização, a serem resolvidos por meio de algoritmos, modelos econômicos e análises de custo-benefício.

¹¹ Kenneth Cukier e Viktor Mayer-Schönberger (2013) cunharam o termo “datafication”, definindo-o da seguinte forma: “Refere-se a tomar informações sobre todas as coisas sob o sol – inclusive aquelas que nunca imaginamos ser informação, como a localização de uma pessoa, as vibrações de um motor ou a tensão sobre uma ponte – e transformá-las em um formato de dados para torná-las quantificáveis. Isso nos permite usar a informação de novas maneiras, como na análise preditiva: detectar que um motor está propenso a uma falha com base no calor ou nas vibrações que produz. Como resultado, podemos desbloquear o valor implícito, latente da informação” (p. 78, tradução própria).

Como demonstrado na seção anterior, a racionalidade tecnocrática tem uma genealogia crítica. A “razão instrumental” de Adorno e Horkheimer encontra na tecnocracia seu projeto político-institucional pleno. O impulso de dominar a natureza externa converte-se, aqui, no impulso de administrar a sociedade como um sistema complexo a ser controlado.

A “propaganda de integração” de Ellul, por sua vez, constitui a comunicação estatal ou corporativa que apresenta decisões técnicas como inevitáveis e fora do debate democrático, gerando uma atitude de deferência social à autoridade dos especialistas.

A tecnocracia, porém, está longe de ser um fenômeno neutro. Ela prepara o terreno estrutural e psicológico para formas mais agudas de dominação técnica. Ao esvaziar a política, a tecnocracia nega a legitimidade do conflito e da deliberação sobre fins, fragilizando, assim, os mecanismos democráticos de resistência e de responsabilização. Ao naturalizar o controle, ela justifica a vigilância, a coleta de dados e a modelagem comportamental como meras necessidades técnicas para uma melhor governança. Ao criar a infraestrutura técnica, a tecnocracia desenvolve sistemas de informação, bancos de dados integrados e plataformas de intervenção social que um projeto ideológico autoritário pode capturar e redirecionar.

Dessa forma, a tecnocracia configura-se como pré-condição necessária do tecnofascismo. Ela estabelece a hegemonia da lógica técnica, constrói os aparatos de gestão populacional e dessensibiliza a sociedade à aceitação de decisões autoritárias, desde que estas venham perfeitamente embaladas na linguagem da eficiência e da expertise.

A transição da tecnocracia para o tecnofascismo ocorre quando toda essa infraestrutura e essa mentalidade são capturadas por um projeto político que mobiliza uma ideologia autoritária ou antiliberal.

5 A ARQUITETURA DO TECNOFASCISMO

A simbiose entre tecnologia digital e pensamento autoritário não decorre de circunstâncias acidentais ou contingentes. Ela é uma consequência das próprias características estruturais das plataformas digitais, concebidas para formar crenças, moldar comportamentos e influenciar o funcionamento das instituições. A economia da atenção favorece a polarização; o poder algorítmico promove a radicalização; a opacidade possibilita o arbítrio; a concentração de poder estimula práticas autoritárias. Essas condições criam o ambiente ideal para que agentes políticos iliberais e corporações tecnológicas ampliem mutuamente sua influência, mesmo quando partem de motivações diversas. Esses elementos não apenas facilitam a difusão de discursos extremistas, mas também reconfiguram as condições da ação política. O tecnofascismo emerge dessa convergência estrutural.

5.1 Economia da atenção

A economia da atenção constitui o modelo de negócios fundante e a lógica operacional primária das plataformas digitais. Nela, a captura e a retenção do tempo e do foco dos usuários são quantificadas e convertidas em capital, principalmente por meio da publicidade direcionada. Como analisado por Tim Wu, essa lógica, embora tenha raízes mais antigas, em indústrias anteriores do entretenimento e da mídia, atinge, no ambiente digital, uma escala global, uma precisão individual e um grau de automatização sem precedentes, viabilizados por sistemas integrados de vigilância e controle comportamental (Wu, 2016; Zuboff, 2019).

Toda a arquitetura das plataformas é otimizada em torno de um único imperativo: maximizar o “engajamento”. Isso gera um sistema que privilegia, de forma estrutural e previsível, conteúdos capazes de provocar reações emocionais imediatas e de alta intensidade, como indignação, medo ou raiva, em detrimento de informações complexas, equilibradas ou que exigem contextualização.

O filósofo Byung-Chul Han (2016) identifica, no meio digital, uma natureza intrinsecamente afetiva, não racional, explorada de forma metódica pelas plataformas. Narrativas maniqueístas, teorias da conspiração e discursos de ódio geram mais volume de interações do que o debate racional e ponderado, ganhando, por esse motivo, amplificação algorítmica prioritária. A consequência é a formação de uma esfera pública polarizada. Atores políticos iliberais não apenas compreendem essa dinâmica, mas também a exploram, moldando sua comunicação pública em slogans, antagonismos e performances de escândalo que o sistema está programado para reconhecer e promover.

Sem negar a pertinência analítica da noção de economia da atenção, Byung-Chul Han propõe um deslocamento conceitual relevante. Em vez de uma economia da atenção, as plataformas digitais fomentariam uma economia da “distração”. O filósofo sustenta que o problema central do ambiente digital contemporâneo não seria propriamente a exploração econômica da atenção, mas, ao contrário, a progressiva destruição da capacidade das pessoas de prestarem atenção ao que é lido (Han, 2025). A digitalização, ao tornar tudo imediatamente acessível, calculável e consumível, aplanar a atenção e corrói estados de espírito como a espera, a paciência e a contemplação, que pressupõem duração e abertura ao indisponível. Em lugar da atenção profunda, resistente a estímulos, instala-se um regime de excitação contínua, no qual as informações funcionam como estímulos de curta duração que fragmentam a percepção. Redes sociais, motores de busca e interfaces digitais operam, nesse sentido, como “máquinas de vício”, dependentes de mecanismos dopaminérgicos que entorpecem a atenção em vez de mobilizá-la. O resultado é uma esfera pública composta por “sujeitos permanentemente distraídos”, mais suscetíveis à manipulação afetiva, à simplificação maniqueísta e à adesão acrítica a narrativas extremistas, condição que, estruturalmente, favorece a dinâmica tecnofascista.

5.2 Extração de dados e capitalismo de vigilância

A economia da atenção não opera no vácuo. Sua eficácia pressupõe uma infraestrutura de coleta massiva e contínua de dados pessoais sem a qual os algoritmos de recomendação seriam cegos, a publicidade microdirecionada seria impossível e o perfilamento comportamental perderia sua precisão preditiva. Os dados são, nesse sentido, a matéria-prima que sustenta toda a arquitetura das plataformas digitais e cuja extração sistemática constitui, por si só, uma forma específica de poder.

Shoshana Zuboff cunhou para esse fenômeno a expressão “capitalismo de vigilância”, definindo-o como uma lógica econômica que se apropria da experiência humana como “matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais” (2019, p. 22). O elemento característico desse modelo não é apenas a coleta de dados, mas também a extração do que Zuboff denomina “superávit comportamental” (*behavioral surplus*), assim considerada a fração dos dados coletados que vai além do necessário para o aprimoramento dos produtos e serviços prestados pela plataforma digital e é utilizada para alimentar processos de “inteligência de máquina” e “produtos de predição”, que antecipam comportamentos dos indivíduos. Esses dados, que o usuário fornece gratuitamente, usualmente sem consciência do que cede, em troca do acesso a serviços que percebe como gratuitos, são comercializados em um “mercado de comportamentos futuros” (Zuboff, 2019, p. 22).

Mais do que conhecer e prever nosso comportamento, as plataformas, por meio de processos automatizados de máquina, influenciam e moldam nosso comportamento em larga escala. Detêm, assim, uma forma de poder que transcende os instrumentos tradicionais de dominação. A capacidade preditiva derivada da análise massiva de dados permite identificar vulnerabilidades psicológicas individuais, mapear redes de influência, antecipar dissidências e calibrar mensagens persuasivas com uma precisão que a propaganda analógica jamais alcançou.

Quando essa capacidade é orientada por projetos autoritários, seja por governos que a adquirem de corporações privadas, seja por corporações que a exercem diretamente sobre a esfera pública, ela se converte em instrumento de controle social de alcance sem precedentes na história.

O caso da Cambridge Analytica, que acessou ilegalmente dados de milhões de usuários do Facebook para construir perfis comportamentais destinados à influência eleitoral em múltiplos países, revelou ao grande público uma dinâmica que vários pesquisadores já antecipavam: os dados pessoais coletados pelas plataformas podem ser capturados e weaponizados por agentes políticos externos, transformando a infraestrutura comercial de coleta em um aparato de manipulação democrática.¹² O

¹² Para uma análise das implicações do caso Cambridge Analytica para a proteção de dados e a integridade eleitoral, ver o relatório do Comitê de Cultura, Mídia e Esporte do Parlamento britânico: *Disinformation and 'fake news': Final Report*.

caso não constituiu uma situação excepcional, mas sim a exposição acidental da lógica estrutural das plataformas.

No contexto do tecnofascismo, essa infraestrutura de extração e tratamento de dados assume um significado ainda mais grave. Quando associada a projetos autoritários, a coleta massiva de dados deixa de servir apenas à maximização do lucro às expensas de seus usuários e passa a integrar dispositivos de classificação social, de monitoramento político, de exclusão simbólica e de controle populacional. A mesma arquitetura que organiza o consumo, distribui publicidade e recomenda conteúdos pode ser mobilizada para vigiar dissidentes, mapear adversários, modular afetos coletivos e reforçar dinâmicas de perseguição ou segregação. A dataficação da vida, nesse cenário, converte-se em pré-condição técnica para novas formas de dominação.

5.3 Poder algorítmico

Enquanto os dados pessoais extraídos fornecem a matéria-prima do capitalismo de vigilância, é a lógica algorítmica que transforma essa matéria-prima em decisões automáticas sobre o que será visto, priorizado ou invisibilizado, exercendo, assim, uma forma específica de poder sobre a circulação da informação.

Os algoritmos atuam como sistemas de previsão que filtram, processam e hierarquizam o fluxo informacional a partir de modelos estatísticos cujo objetivo principal é maximizar o engajamento, incluindo tempo de permanência, cliques, salvamentos, comentários e outros indicadores, sem considerar o conteúdo substantivo das mensagens.

Pesquisas em psicologia, comunicação e marketing digital demonstram que conteúdos baseados em emoções intensas, como medo, indignação, ressentimento e hostilidade, geram engajamento mais elevado do que mensagens analíticas, moderadas ou dependentes de contextualização (Brady *et al.*, 2021; Rathje; Bavel; Linden, 2021; Milli *et al.* 2025). Ao privilegiar o que captura reações rápidas e intensas, essa ordenação algorítmica reforça vieses cognitivos, estimula a repetição de crenças já sedimentadas e favorece a formação de “câmaras de eco”.

O poder algorítmico projeta efeitos profundos na esfera política, favorecendo a radicalização discursiva. Mesmo que os algoritmos não tenham sido concebidos deliberadamente para promover extremismos, a lógica algorítmica, por ser orientada a premiar o que captura com maior intensidade a atenção, confere vantagem estrutural a formas de comunicação que simplificam o conflito, exacerbam os antagonismos e transformam a controvérsia pública em combate permanente.

House of Commons, 2019. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcomeds/1791/179104.htm>. Acesso em: 25 mar. 2026.

A racionalidade algorítmica não “pensa” em categorias como a verdade, a justiça ou o pluralismo, ela apenas ajusta, em tempo real, os pesos atribuídos aos sinais de interação dos usuários com as mensagens, priorizando as que despertam maior engajamento. O resultado prático é uma espécie de “seleção natural” de narrativas extremadas, simplificadas e maniqueístas, que se tornam, estruturalmente, mais competitivas no mercado da atenção.

Além de ordenar conteúdos, essa lógica modela ativamente trajetórias de radicalização. A partir de perfis comportamentais construídos com base em longas cadeias de dados, os algoritmos de recomendação aprendem, a cada passo, a propor conteúdos ligeiramente mais intensos ou mais alinhados a predisposições prévias, formando percursos de aprofundamento gradual em comunidades e discursos extremistas (Ribeiro, 2020). Não se trata apenas de isolar usuários em “bolhas de filtro”, como sugeriu Eli Pariser (2012), mas de conduzi-los por caminhos de reforço sistemático de crenças e afetos, em que cada clique alimenta previsões futuras e ajusta a sequência subsequente de estímulos. Nesse processo, a fronteira entre personalização e manipulação torna-se difusa: o que aparece ao usuário não é simplesmente aquilo que ele “escolheu”, mas o que foi calculado como mais eficaz para mantê-lo engajado.

Do ponto de vista teórico, essa lógica algorítmica realiza, de forma particularmente aguda, o diagnóstico de Adorno, Horkheimer e Ellul. A razão instrumental, voltada à eficiência e à dominação, encarna-se aqui em códigos que reduzem conflitos políticos a variáveis de um problema de otimização, enquanto a “propaganda de integração” assume a forma de um fluxo contínuo de recomendações que adaptam subjetividades aos imperativos da ordem técnica. O tecnofascismo emerge quando essa racionalidade algorítmica — aparentemente neutra e objetiva — é capturada ou alinhada a projetos autoritários, tornando-se uma máquina de selecionar, amplificar e estabilizar narrativas que corroem o pluralismo democrático, sem jamais se apresentar explicitamente como tal (Fuchs, 2007; Moore, 2018).

5.4 Opacidade

A opacidade ou falta de transparência é uma característica operacional essencial e um instrumento de poder das plataformas. Ela está presente em múltiplos níveis: os critérios de moderação de conteúdo, os parâmetros dos algoritmos de recomendação, os dados coletados e os contratos com terceiros são protegidos como segredos comerciais, formando uma verdadeira “caixa-preta” sociotécnica.

Como apontam estudiosos da governança algorítmica, como Frank Pasquale (2015), essa falta de transparência deliberada impede qualquer forma efetiva de auditoria externa, de controle democrático ou de contestação pública de decisões que têm impacto massivo na vida social e política.

A consequência é a criação de um poder arbitrário e não responsabilizável. Quando uma plataforma reduz o alcance de um perfil, promove uma narrativa ou modera conteúdos de forma seletiva, não há parâmetros públicos claros para avaliar a justeza ou a motivação da ação. Esta opacidade permite que vieses ideológicos, interesses comerciais ou pressões políticas sejam executados sob o véu da neutralidade técnica. Ela dessensibiliza a sociedade para a aceitação de decisões autoritárias, desde que apresentadas como resultados de sistemas complexos e incompreensíveis. Assim, a opacidade não só facilita o abuso, mas também naturaliza a autoridade tecnocrática, erodindo o princípio democrático fundamental de que todo poder deve ser transparente e responsável perante aqueles sobre quem é exercido.

5.5 Concentração de poder

O quinto pilar estrutural reside na concentração extrema de poder em um oligopólio de corporações que detêm o controle sobre infraestruturas digitais essenciais. Esse oligopólio ultrapassa em muito um simples domínio de mercado: é uma concentração de soberania funcional.

Como analisado por Shoshana Zuboff e outros teóricos do capitalismo de vigilância, gigantes como Meta, Alphabet (Google/YouTube) e X (ex-Twitter) não atuam como meras mediadoras, mas como governantes *de facto* de espaços públicos globais. Elas legislam, por meio dos Termos de Serviço; julgam e executam, através da moderação de conteúdo; definem as regras da economia da visibilidade, por meio de algoritmos; e detêm o monopólio da violência simbólica em seus domínios, por meio de banimentos e de redução de alcance. Esse poder é ainda amplificado por sua escala transnacional, o que lhes permite frequentemente contornar ou pressionar a jurisdição de Estados-nação democráticos.

Yanis Varoufakis (2025), ao analisar a base material dessa soberania funcional, cunhou o conceito de “tecnofeudalismo” para designar a transição do capitalismo para uma economia baseada no “capital-nuvem”, em que o poder decorre do monopólio privado sobre infraestruturas digitais essenciais à sociedade contemporânea. Nesse modelo, as corporações tecnológicas operam como novos “senhores digitais” que, após criarem a dependência dos usuários em relação às suas plataformas, extraem deles renda, na forma de dados e atenção, enquanto ditam as regras em seus domínios, sem qualquer mecanismo efetivo de responsabilização democrática. A concentração de poder assume aqui sua expressão mais completa: não se trata mais de domínio de mercado, mas da privatização da própria infraestrutura da esfera pública, com a criação de uma dependência assimétrica estrutural sobre a qual o poder político pode ser livremente exercido.

Essa concentração sem precedentes cria uma simbiose estrutural com projetos autoritários. De um lado, as próprias plataformas, em busca de estabilidade regulatória e de acesso a mercados, são levadas a negociar e fazer concessões a governos, inclusive a governos iliberais ou ostensivamente autoritários, em questões de censura e vigilância. De outro lado, atores políticos autoritários enxergam nessas infraestruturas um instrumento de poder sem paralelo para vigilância em massa, propaganda microdirecionada e supressão de dissidências.

6. A BASE PSICOSSOCIAL DO TECNOFASCISMO

Mais do que um arranjo de infraestruturas e relações de poder, o tecnofascismo é um fenômeno que incide na cultura e na psicologia coletiva. Sua força reside na capacidade de gerar e explorar emoções, identidades e valores específicos, forjando um *ethos* que busca legitimar a dominação tecnopolítica a partir da vida social.

Não por acaso, as plataformas digitais mostram especial afinidade por formas de liderança política personalistas, anti-institucionais e capazes de mobilizar afetos e antagonismos. Elas favorecem estilos de comunicação que simplificam conflitos, ignorando nuances, detalhes e contextos. Em um ecossistema governado pela lógica da viralidade, do escândalo e da recompensa imediata ao engajamento, discursos que se apresentam como antissistêmicos encontram condições particularmente favoráveis à circulação e adesão, mesmo quando expressam novas formas de dominação. O resultado é uma convergência entre a infraestrutura técnica das plataformas e uma gramática política que transforma ressentimento, identificação e hostilidade em recursos permanentes de mobilização.

Esse processo encontra ressonância num contexto de insatisfação social agravado pela transformação radical do espaço público. Instituições tradicionais de mídia, que operavam segundo padrões (ainda que imperfeitos) de curadoria informacional, foram, em grande parte, substituídas por plataformas que se guiam pela lógica do engajamento e da viralidade. Esse contexto constitui a base psicossocial do tecnofascismo, na qual o autoritarismo se insinua nos estilos de vida, nas sociabilidades e no imaginário coletivo.

Um dos elementos impulsionadores dessa transformação psicossocial é a cultura política produzida no interior das elites tecnológicas contemporâneas, frequentemente descrita como uma “broligarquia” (*broliarchy*). O termo, que funde “bro” e “oligarquia”, ganhou ampla circulação na imprensa internacional a partir de janeiro de 2025, com a presença de Musk, Zuckerberg, Bezos e outros magnatas tecnológicos na posse de Donald Trump em seu segundo mandato como presidente dos EUA (Lamensch, 2025). A expressão designa uma cultura de poder gestada no Vale do Silício e projetada para a arena política, marcada por uma estética hipermasculinizada, pela exaltação da

competição agressiva e por uma hostilidade visceral a qualquer forma de regulação. Esse *ethos* associa sucesso econômico e genialidade técnica a atributos como força, virilidade simbólica e disposição para o confronto, convertendo-os em critérios implícitos de legitimidade e transformando a retórica da “disrupção” em instrumento de transgressão normativa.

Elon Musk personifica esse fenômeno com particular nitidez. Sua atuação no centro do governo Trump, marcada pelo desmonte de agências governamentais e pela demissão em massa de servidores, sem qualquer consideração por conflitos de interesse, reflete uma mentalidade que vê o Estado não como espaço de deliberação, mas como um sistema a ser invadido e reconfigurado por interesses privados.

Mark Zuckerberg oferece outro exemplo significativo. Ao defender publicamente a necessidade de mais “energia masculina” (*masculine energy*) no ambiente corporativo e criticar o que chamou de excessos de uma cultura organizacional “feminilizada”¹³, Zuckerberg promoveu mudanças na política interna da Meta, valorizando atributos como agressividade competitiva, resistência física e virilidade simbólica (Bernstein, 2025; Wolf, 2025). Essas mudanças se materializaram na eliminação dos programas de diversidade e inclusão da Meta, no relaxamento das políticas de moderação de conteúdo e na aproximação estratégica da empresa com o campo político conservador.

A dimensão psicossocial do tecnofascismo não deve ser lida como um fenômeno estético ou geracional. Ao fundir o culto à disrupção técnica com a celebração da virilidade antissistema, a broliarquia oferece a justificativa simbólica para o desmonte dos freios democráticos, substituindo a deliberação pública pela vontade soberana dos novos oligarcas digitais.

CONCLUSÃO

O percurso deste artigo buscou demonstrar que o tecnofascismo não constitui um regime político formal nem uma categoria unívoca. Ele nomeia a convergência sistêmica (histórica, estrutural e cultural) entre uma arquitetura digital baseada na atenção, na coleta massiva de dados, na lógica algorítmica, na opacidade das plataformas digitais e em uma concentração inédita de poder tecnológico e informacional nas mãos de oligarcas digitais. Essa convergência busca justificação em um *ethos* político que celebra a disrupção tecnológica como antídoto às deficiências da democracia

¹³ Em janeiro de 2025, Mark Zuckerberg sinalizou um rompimento com o “feminismo corporativo” ao declarar, no podcast *The Joe Rogan Experience*, que o mundo empresarial está “culturalmente castrado” (*neutered*) e necessita de mais “energia masculina” e “agressividade”. Essa guinada broliárquica materializou-se na nomeação de Dana White, CEO do UFC, para o conselho de administração da Meta.

liberal. Diferentemente de uma ameaça externa à democracia, ele representa uma patologia interna às sociedades hipertecnologizadas, nas quais a ferramenta se converte em razão e projeto de poder.

O tecnofascismo, como se viu, apresenta uma dinâmica própria. Ele captura e controla os fluxos de informação com uma lógica economicista, substitui a autoridade institucional pela soberania corporativa e fomenta uma cultura do ressentimento antipolítico, promovendo uma erosão lenta e cumulativa das instituições democráticas. Ele não derruba democracias por um golpe, mas as esvazia por dentro, naturalizando assimetrias de poder e minando a confiança nos processos deliberativos próprios da democracia.

Conter essa deriva autoritária não é uma tarefa simples e, por isso, exige respostas à altura da complexidade do problema. Em primeiro lugar, é fundamental uma regulação democrática e inteligente das infraestruturas digitais, que exija transparência algorítmica, auditorias independentes e responsabilização por danos causados pelas plataformas digitais à esfera pública.

Em segundo lugar, deve-se buscar o fortalecimento de instituições democráticas capazes de equilibrar este poder: uma imprensa independente e robusta, agências regulatórias com expertise e autonomia, e o fomento a alternativas de infraestrutura pública ou comunitária de comunicação digital. Tais contrapesos são essenciais para evitar que a soberania corporativa, exemplificada pelo controle discricionário de Musk sobre o X, torne-se hegemônica.

Por fim, e fundamentalmente, é necessária uma reconstrução cultural e ética. Não haverá arcabouço legal e institucional eficaz se persistir a crença fetichista na técnica como instância última de verdade e de autoridade. É preciso reafirmar, nos debates públicos e na educação, a primazia do político sobre o técnico. Em outras palavras, deve ser reafirmada a ideia de que os fins da nossa vida coletiva devem ser decididos por nós, em um processo de debate livre e naturalmente conflituoso, e não derivados automaticamente de algoritmos ou de visões tecnocráticas, como as que justificam, sob o manto da “liberdade de expressão”, a amplificação de discursos de ódio e a desestabilização democrática.

O tecnofascismo revela a fragilidade das democracias na era digital. O desafio que ele expõe é o de limitar e subordinar as forças colossais da técnica e do capital à soberania democrática, com todas as suas vicissitudes e imperfeições, lembrando que a última palavra sobre o futuro comum deve continuar a ser, sempre, a palavra política: plural, falível e humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BERNSTEIN, Joseph. The “Manosphere”? It's Planet Earth. **The New York Times**, Nova York, fev. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/01/style/trump-zuckerberg-masculinity.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRADY, William J. *et al.* How social learning amplifies moral outrage expression in online social networks. **Science Advances**, Washington, v. 7, n. 33, ago. 2021. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.abe5641>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BOND, Shannon; BRUMFIEL, Geoff. OpenAI announces Pentagon deal after Trump bans Anthropic. **NPR**, Washington, D.C, fev. 2026. Disponível em: <https://www.npr.org/2026/02/27/nx-s1-5729118/trump-anthropic-pentagon-openai-ai-weapons-ban>. Acesso em: 27 mar. 2026.

CONGER, Kate; MAC, Ryan. **Character limit**: how Elon Musk destroyed Twitter. Nova York: Penguin Press, 2024.

CORNGOLD, Stanley. **The mind in exile**: Thomas Mann in Princeton. Nova Jersey: Princeton University Press, 2022.

CUKIER, Kenneth; MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Big data**: a revolution that will transform how we live, work, and think. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

CURI, Maria. Exclusive: How Palantir's Alex Karp went full MAGA. **Axios**, Virginia, out. 2025. Disponível em: <https://www.axios.com/2025/10/23/trump-alex-karp-palantir-maga>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DI CESARE, Donatella. **Tecnofascismo**. Torino: Einaudi, 2025.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. In: ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 27-35.

ELLMAN, Michael. **Socialist Planning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ELLUL, Jacques. **A Técnica e o desafio do século**. Tradução Therezinha van Meegen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ELLUL, Jacques. **A propaganda**: as formas induzidas de opinião pública. Tradução de Carlos da Veiga. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

ELLUL, Jacques. **O sistema técnico**. Tradução de Nuno Valadas. Lisboa: Relógio D'Água, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Edipro, 2022.

ESTADOS UNIDOS. **Public Law 118-50**. Protecting Americans from foreign adversary controlled applications act. Washington: U.S. Government Publishing Office, 24 abr. 2024. Disponível em: www.congress.gov. Acesso em: 27 mar. 2026.

FUCHS, Christian. **Internet and society: Social Theory in the information age**. Nova York: Routledge, 2007.

HAN, Byung-Chul. **No enxame. Reflexões sobre o digital**. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Falando sobre Deus**. Petrópolis: Vozes, 2025.

HENLEY, John. How Elon Musk has meddled in European affairs. **The Guardian**, Londres, jan. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/technology/2025/jan/11/how-elon-musk-has-meddled-in-european-affairs#:~:text=Elon%20Musk%2C%20the%20world%27s%20richest%20man%2C%20has,plans%20for%20Greenland%20*%20Intervening%20in%20Ireland. Acesso em: 26 mar. 2026.

INGRAM, David; HORVATH, Bruna. How Elon Musk is boosting far-right politics across the globe. **NBC News**, Nova York, fev. 2025. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/tech/elon-musk/elon-musk-boosting-far-right-politics-globe-rcna189505>. Acesso em: 10 mar. 2026.

LAMENSCH, Marie. When the brologarchy comes to Meta, the most vulnerable people are threatened. **Centre for International Governance Innovation**, Ontario, abr. 2025. Disponível em: <https://www.cigionline.org/articles/when-the-brologarchy-comes-to-meta-the-most-vulnerable-people-are-threatened/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LORY, Gregoire. Elon Musk's interference in national debates angers Europe's leaders. **Euro news.**, Lyon, jan. 2025. Disponível em: <https://www.euronews.com/my-europe/2025/01/08/elon-musks-interference-in-national-debates-angers-europes-leaders>. Acesso em: 15 fev. 2026.

LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Os economistas no governo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MAC, Ryan. CIA-backed data-miner Palantir raises nearly \$200 million in latest round at estimated \$6 billion valuation. **Forbes**, Nova Jersey, set. 2013. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ryanmac/2013/09/27/cia-backed-data-miner-palantir-raises-nearly-200-million-in-latest-round-at-estimated-6-billion-valuation/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

MILLI, Smitha *et al.* Engagement, user satisfaction, and the amplification of divisive content on social media. **PNAS Nexus**, Washington, v. 4, n. 3, p. 1-10, mar. 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/pnasnexus/article/4/3/pgaf062/8052060>. Acesso em 25 mar. 2026.

MIMURA, Janis. **Planning for Empire**: reform bureaucrats and the Japanese Wartime State. Nova York: Cornell University Press, 2011.

MOORE, Martin. **Democracy Hacked**: political turmoil and information warfare in the digital age. Londres: Oneworld, 2018.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976/1983**: del golpe de estado a la restauración democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **From economy of occupation to economy of genocide**. Nova York, jul. 2025. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/HRC/59/23>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

PARIS, Gilles. Trump's second presidency is taking an authoritarian tone. **Le Monde**, Paris, jul. 2025. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/07/29/trump-s-second-presidency-is-taking-an-authoritarian-tone_6743840_4.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASQUALE, Frank. **The black box society**: the secret algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

RATHJE, Steve; BAVEL, Jay J. Van; LINDEN, Sander van der. Out-group animosity drives engagement on social media. **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, Washington, v. 118, n. 26, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2024292118>. Acesso em: 25 mar. 2026.

REINO UNIDO. **Disinformation and 'fake news'**: final report. Londres, fev. 2019. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcumeds/1791/179104.htm>. Acesso em: 25 mar. 2026.

RIBEIRO, Manoel Horta *et al.* Auditing radicalization pathways on YouTube. **FAT* '20: Proceedings of the 2020 Conference on Fairness, Accountability, and Transparency**. Barcelona, v. 3, 2020. p. 131-141.

ROSS, Alex. Thomas Mann's Brush with Darkness. **The New Yorker**, Nova York, jan. 2022. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2022/01/24/thomas-manns-brush-with-darkness>>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SOWKA, David. Peter Thiel and his European allies: the rise of the authoritarian high-tech surveillance complex. **The Better**, Viena, dez. 2025. Disponível em: <<https://thebetter.news/authoritarian-tech-network-thiel-kurz-musk/>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SILVA, Patricio. **In the name of reason**: technocrats and politics in Chile. University Park: Penn State University Press, 2008.

THIEL, Peter. The education of a libertarian. **Cato Unbound**, Washington, 13 abr. 2009. Disponível em: <https://www.cato-unbound.org/2009/04/13/peter-thiel/education-libertarian/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

TREISMAN, Rachel. Elon Musk faces criticism for encouraging Germans to move beyond 'past guilt'. **NPR**, Washington, D.C, jan. 2025. Disponível em: <https://www.npr.org/2025/01/27/nx-s1-5276084/elon-musk-german-far-right-afd-holocaust>. Acesso em: 21 mar. 2026.

VAROUFAKIS, Yanis. **Tecnofeudalismo**: o que matou o capitalismo. Tradução: Erika Nogueira Vieira. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

WOLF, Rachel. Mark Zuckerberg praises benefits of “masculine energy,” says DEI “culturally neutered” corporate America. **New York Post**, Nova York, jan. 2025. Disponível em: <https://nypost.com/2025/01/11/business/mark-zuckerberg-praises-benefits-of-masculine-energy-says-dei-culturally-neutered-corporate-america/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

WANG, Selina. Trump orders US government to cut ties with Anthropic; Hegseth declares supply chain 'risk'. **ABC News**, Nova York, fev. 2026. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/Politics/anthropic-latest-pentagon-contract-bar-ai-autonomous-weapons/story?id=130558898>>. Acesso em: 27 mar. 2026.

WU, Tim. **The attention merchants**: the epic scramble to get inside our heads. Nova York: Knopf, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.